



Crespo e Caires

ADVOCACIA

Política de Privacidade

Objetivo desta política de privacidade aplicada ao “site”

Crespo e Caires Advogados Associados, sociedade de advogados inscrita na OAB/SP sob no. 4.356 e no CNPJ sob no. 02.845.894/0001-46, estabelecida na Av. Emancipação, 1560, Hortolândia/SP, CEP 13186-410, através desta política, tem o propósito de garantir boas práticas técnicas e administrativas para a preservação da privacidade e proteção de dados pessoais dos usuários de seu “site”.

Informações coletadas e forma de coleta

A Crespo e Caires coleta o mínimo de informações necessárias para realização dos serviços que disponibiliza. As informações são coletadas por meio de formulário de identificação do usuário, preenchido e disponibilizado voluntariamente pelo próprio usuário.

Utilização das informações

As informações fornecidas pelo usuário são utilizadas para contatá-lo por meios remotos, para disponibilização dos meios de pagamento quando essa a hipótese e para a execução dos serviços prestados pela Crespo e Caires, exclusivamente para tratar dos assuntos que levaram o usuário ao “site”.

Compartilhamento das informações

As informações recebidas poderão ser compartilhadas com parceiros de negócios provedores de serviços da Crespo e Caires, unicamente para o cumprimento do objetivo que levou o usuário a utilizar o “site”, bem como com

os titulares dos créditos que sejam clientes da Crespo e Caires, quando essa a hipótese.

“Cookies” e tecnologias assemelhadas no “site”

Utilizamos os cookies abaixo nomeados para garantir que você tenha melhor experiência e maior segurança durante a navegação em nosso site:

- Cookies de Sessão
- Cookies Primários
- Cookies de Segurança
- Cookies Essenciais

Segurança

A Crespo e Caires utiliza tecnologias eficientes e toma todos os cuidados administrativos para garantir que seus dados pessoais estão seguros. As informações que transitam entre o usuário e o “site” são protegidas com uso de criptografia. As informações não ficam disponíveis ou armazenadas no “site” e não podem ser acessadas por outros usuários.

Direitos dos titulares de dados pessoais

São direitos do usuário titular dos dados pessoais:

- Confirmação de existência do tratamento dos seus dados pessoais;
- Acesso aos dados pessoais;
- Correção dos dados pessoais;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- Portabilidade dos dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- Eliminação dos dados pessoais tratados exclusivamente em virtude da base legal do consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- Informação das entidades públicas e privadas com as quais a Crespo e Caires realizou uso compartilhado de dados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- Revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

Conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais coletados serão guardados cuidadosamente pela Crespo e Caires e eliminados após o decurso do tempo previsto na legislação aplicável. Quando o tratamento dos dados pessoais tiver como base legal exclusivamente o consentimento do titular e desde que não haja outros óbices legais, poderão ser eliminados mediante pedido expresso e inequívoco do titular.

Transferência internacional de dados pessoais

Eventual transferência internacional de dados pessoais somente poderá ocorrer para cumprimento do objetivo que levou o usuário a utilizar o “site”.

Alterações nesta política

Esta política poderá ser modificada pela Crespo e Caires a qualquer tempo, preservando-se os direitos e respeitando-se os limites de tratamento de dados pessoais dos titulares que utilizaram o “site” em momento anterior à alteração.

Conformidade legal

A política de privacidade do “site” é parte integrante da Política de Privacidade geral da Crespo e Caires, que declara estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com o Marco Civil da Internet, com a Lei Complementar 105/2011 e com toda a legislação aplicável.